



**CÂMARA MUNICIPAL DE
SÃO PAULO**

SECRETARIA GERAL PARLAMENTAR
Secretaria de Registro Parlamentar e Revisão

COMISSÃO DE FINANÇAS E ORÇAMENTO

PRESIDENTE: JAIR TATTO

TIPO DA REUNIÃO: AUDIÊNCIA PÚBLICA.

LOCAL: Câmara Municipal de São Paulo

DATA: 18/10/2023

OBSERVAÇÕES:

- Notas taquigráficas sem revisão
- Manifestação fora do microfone
- Exibição de imagens

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Na qualidade de Presidente da Comissão de Finanças e Orçamento, declaro abertos os trabalhos da 19ª Audiência Pública Semipresencial desta Comissão do ano de 2023, 2ª audiência temática ao PL 578/2023, do Executivo, Prefeito Ricardo Nunes, que estima a receita e fixa a despesa do município de São Paulo para o exercício de 2024, o orçamento de 2024.

Temos a presença, de forma virtual, do nosso Vice-Presidente, Vereador Isac Felix, e da querida Vereadora Rute Costa.

O tema de hoje é mobilidade, transporte e segurança urbana, agregado com a Secretaria Municipal de Mobilidade e Trânsito, Secretaria Municipal de Segurança Urbana, SP Trans, e CET.

Informo que esta reunião está sendo transmitida ao vivo através do endereço www.saopaulo.sp.leg.br/transparencia-auditorios-online; também pelo YouTube e Facebook da Câmara Municipal de São Paulo.

O convite para esta audiência foi publicado nos jornais *O Estado de S.Paulo* e *Folha de S.Paulo* no dia 03/10/23, e vem sendo publicado no *Diário Oficial da Cidade de São Paulo* desde o dia 02/10/23.

As inscrições para pronunciamento foram previamente abertas no *síte* da Câmara Municipal de São Paulo, desde o dia 01/10/23. E declaro abertas também, neste momento, as inscrições para pronunciamento presencial, que deverão ser feitas junto à Secretaria da Comissão, ao meu lado esquerdo.

Foram convidados para esta audiência o Sr. Celso Gonçalves Barbosa, Secretário Municipal de Mobilidade e Trânsito, e que está de forma *on-line*. Bom dia, Secretário.

O SR. CELSO GONÇALVES BARBOSA – Bom dia. Bom dia a todos os presentes.

Estou de forma virtual.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Acompanhado pela Sra. Francisca Iracema Cunha de Abreu e Luiz Adriano Dias, também de forma *on-line*, e ambos da Divisão

Administrativa de Finanças; Sr. Elza Paulina de Souza, Secretária Municipal de Segurança Urbana, acompanhada pelas Sras. Bruna Gadelha, Sra. Gisela Érica Ida Shiba, Coordenadora de CAF, e pelo Sr. Eduardo Ramalho, Assessor III; Sr. Levi dos Santos Oliveira, Presidente da São Paulo Transporte S.A., SP Trans, representado pelo Sr. Anderson Clayton Nogueira Maia, Diretor de Administração e Infraestrutura, que está de forma *on-line*.

O SR. ANDERSON CLAYTON NOGUEIRA MAIA – Bom dia, Presidente e bom dia a todos os presentes.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Bom dia e muito obrigado.

Sr. Hemilton Tsuneyoshi Inouye, Presidente da Comissão de Engenharia de Tráfego, CET, representado pelo Sr. Rafael Rodrigues de Oliveira, Diretor Administrativo Financeiro, também de forma online.

Bom dia, Rafael.

O SR. RAFAEL RODRIGUES DE OLIVEIRA – Bom dia, Sr. Presidente. Bom dia a todos os presentes.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Representando aqui, sempre conosco nas audiências, o Sr. Artur Junqueira Lascala, Coordenador da Coordenadoria de Planejamento da Secretaria da Fazenda.

Pelo TCM, Sr. Adriano Cremonesi.

Também convido os Vereadores desta Casa e a sociedade em geral.

Então, seguindo a ordem, agradeço a presença de todos.

Na ordem, tem a palavra o Secretário Municipal de Mobilidade. Dr. Celso, vocês têm exposição?

O SR. CELSO GONÇALVES BARBOSA – Bom dia.

Eu vou passar a palavra para a Francisca Iracema e para o Luiz Adriano.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – A Secretária de Segurança já disse que tem uma exposição a fazer.

Na minha ordem, consta primeiro a Secretaria de Transporte e Mobilidade. Vocês

têm exposição para fazer?

O SR. CELSO GONÇALVES BARBOSA – Tem sim, Sr. Presidente, a Sra. Iracema possui.

- Manifestações fora do microfone.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Está ok. Estamos à disposição. Ao final da exposição da Secretaria de Mobilidade, vem em seguida a exposição e fala da Secretaria de Segurança. Então, ao final dessas duas exposições e falas, encerraremos as inscrições, ok?

Então, reafirmo que as inscrições estão abertas até o final da exposição e fala das duas secretarias.

Tem a palavra a Secretaria Municipal de Mobilidade e Trânsito.

- Manifestação fora do microfone.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Nós temos aqui um formulário que se alguém...

- Manifestação fora do microfone.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Isso. Perfeito. Só vou dar mais um informe. Este então é um formulário de forma física que os munícipes no geral podem também preencher e passar para a assessoria legislativa.

- Manifestação fora do microfone.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Ai tem o *hotsite* e o *e-mail* da Comissão. Depois das exposições vamos deixar na tela os endereços para que vocês possam dar contribuições. Pode ser de uma forma física com esse formulário, ou também via plataformas.

Tem a palavra a Secretaria Municipal de Mobilidade e Trânsito.

A SRA. FRANCISCA IRACEMA CUNHA DE ABREU – Bom dia a todos.

Eu sou Iracema, Diretora Administrativo Financeiro de SMT/SETRAM. Vamos apresentar nossa proposta de 2024.

- Oradora passa a se referir a imagens compartilhadas virtualmente.

A SRA. FRANCISCA IRACEMA CUNHA DE ABREU – Os nossos programas de metas 2021/2024: a meta 39, redução de mortes no trânsito; a meta 41, pedestres; a meta 43, ciclovias; a meta 44, aquático; a meta 45, BRT COP; a meta 46, corredores de ônibus; a meta 47, terminais de ônibus; a meta 48, faixas exclusivas; a meta 49, kit conforto; a meta 50, frota de energia limpa; a meta 68, redução de poluentes e a meta 83, a faixa azul.

A nossa Secretaria deu o valor total de 9 bilhões, 727 milhões, 483 mil e 508 reais. Na 20.10, foi distribuído 1 bilhão, 91 milhões, 730 mil e 248 reais. E para Cetran, 8 bilhões, 635 milhões, 753 mil e 260 reais. E eles serão assim distribuídos, na dotação: Para a implantação de projetos e redesenhos urbanos para segurança viária, o valor de R\$ 10 milhões; projeto de pavimentação e recapeamento de vias, R\$ 3 mil; incentivo do uso do Programa Bike SP, uma dotação nova que nós abrimos agora, o valor de mil reais, apenas para manter a dotação.

Administração da unidade: material de consumo, R\$ 354.140,00; locação da mão de obra/ pessoa física, R\$ 100 mil; locação de mão de obra/ pessoa jurídica, R\$ 9.889.42,00; material permanente, R\$ 200 mil; despesa com pessoal, R\$ 6.650.853,00; serviço de terceiros/ pessoa física, apenas o valor de mil reais para manter a dotação; serviço de terceiros/ pessoa jurídica, o mesmo valor; auxiliares/pessoa física, R\$ 1200 mil; benefício assistencial, R\$ 10 mil; diária civil, R\$ 100 mil; passagens, despesas de locomoção, R\$ 100 mil; auxílio alimentação, R\$ 560.384,00; obrigações tributárias, R\$ 250 mil; locação, R\$ 1.856.676,00; auxílio transporte, R\$ 247.009,00. Manutenção e operação do programa dos estagiários, R\$ 249 mil; restituição de receitas descontinuadas (isso aqui é o táxi preto), R\$ 40 milhões; sistema e comunicação, mil reais para manter a dotação; aquisição de materiais e equipamentos e serviços de informação, R\$ 900 mil; aquisição de material e equipamentos e serviços de informação e comunicação, R\$ 200 mil; manutenção e operação do sistema de informação e comunicação, R\$ 3,5 milhões, mais R\$ 1,5 milhão.

Modernização semafórica, mil reais apenas para manter a dotação, pois nós utilizamos essa dotação no FMDT; aumento de capital CET, apenas para manter a dotação, mil reais; serviço de engenharia de tráfego, R\$ 700 milhões, que é o contrato da CET. Parte do

contrato é dotação do Tesouro e parte é dotação do FMDT. Manutenção e recuperação semaforicas, R\$ 250 mil; construção de ciclovias, ciclofaixas e ciclorrotas, R\$ 9.807.077,51; ampliação, reforma e requalificação de ciclovias, R\$ 10 mil, para manter a dotação; manutenção de ciclovias, ciclofaixas e ciclorrotas, R\$ 55.041.396,00. Aqui, está incluída a ciclofaixa de lazer. Dá o total de R\$ 1.091.730.248,00.

À Setram: aquisição e materiais de equipamentos e serviço de informação e comunicação, R\$ 100 mil e R\$ 900 mil; manutenção e operação de sistema de informação e comunicação, R\$ 1 milhão; aposentadoria complementar aos servidores, R\$ 29.936.540,00; transporte de pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida, o programa Atende+, 135 milhões de reais;

Corredor Aricanduva, na Fonte 00: apenas mil reais, para manter a dotação;

Implantação e construção de terminais de ônibus: apenas mil reais, para manter a dotação.

Acessibilidade, ampliação e reforma e requalificação dos terminais de ônibus: apenas mil reais, para manter a dotação.

Implantação e construção de corredores de ônibus: mil reais e R\$ 5.508,00;

Acessibilidade, ampliação, reforma e requalificação de corredores de ônibus: mil reais, para a manter a dotação;

Eletrificação da frota de veículos do Sistema Municipal de Transporte Coletivo, uma dotação nova: dois bilhões e quinhentos milhões.

Manutenção e operação de bilhetes e postos de atendimento do Bilhete Único, também uma dotação nova: mil reais, para manter a dotação.

Manutenção e operação de terminais de ônibus: R\$ 165.964.502,00;

Manutenção e operação de corredores de ônibus: 49 milhões de reais.

Ações de modernização em sistema de transporte: R\$ 8.834.204,00;

Aumento de capital da SPTrans: mil reais, para manter a dotação;

Corredor Aricanduva, Centro de Controle Operacional – COP: mil reais, para manter

a dotação;

Somente para esclarecimento: não vem para nós o recurso do Corredor Aricanduva, vai vir para nós por Nota de Reserva com Transferência, a nossa necessidade, para o COP;

Contraprestação de Parceria Público-Privada – PPP – terminais urbanos: R\$ 149.095.818,00;

Manutenção e operação do Sistema Municipal de Transporte Público: R\$ 400 milhões e também R\$ 275.001.012,00;

Compensação tarifária: R\$ 4.383.739.599,00; mais 496.158.077,00;

Intervenção diária de mobilidade urbana: apenas mil reais, para manter a dotação.

Implantação de transporte hidroviário: cinco milhões, 30 milhões e cinco milhões.

Implantação e construção de faixas exclusivas de ônibus: mil reais, para manter a dotação.

Implantação de corredores de ônibus novos: mil reais, para manter a dotação.

Total: R\$ 8.635.753.260,00;

Fundo Municipal de Desenvolvimento de Trânsito – FMDT –: R\$ 1.381.075.270,00;

Tarifa de arrecadação de multas: 15 milhões de reais.

Ações de educação no trânsito: 23 milhões de reais.

Intervenções no sistema viário: apenas mil reais, para manter a dotação.

Recuperação e reforço de Obras de Artes Especiais – OAE –: mil reais, para manter a dotação.

Inspeção de Obras de Artes Especiais – OAE -> mil reais, para manter a dotação.

Reforma e acessibilidade em passeios públicos: mil reais, para manter a dotação.

Implantação de projetos de redesenho urbano para segurança viária: mil reais, para manter a dotação.

Pavimentação e recapeamento de vias: mil reais, para manter a dotação;

Desenvolvimento de sistema de informação e comunicação: mil reais, para manter a dotação;

Aquisição de materiais e equipamentos de serviços e comunicação: R\$ 15.900.555,00.

Manutenção e operação do sistema de informação e comunicação: R\$ 83.518.537,00; 41 milhões e mil reais;

Manutenção e operação do policiamento de trânsito: 41 milhões; mil reais; 1 milhão e 600 mil; 150 mil; mil reais.

Operação Tapa-Buraco: 250 milhões, no total; mil reais.

Esclarecemos que esse recurso vem para a nossa Secretaria por ser recurso do FMDT, mas será executado por SMSUB. A SMSUB prepara o projeto, nos encaminha, o Conselho Diretor, o FMDT, cujo presidente é o secretário da nossa pasta delibera e nós fazemos a Nota de Reserva com transferência para a SMSUB.

Manutenção de vias e áreas públicas, um mil reais.

Implantação e construção de terminais de ônibus, mil reais para manter a dotação.

Acessibilidade, ampliação, reforma e requalificação de terminais de ônibus, mil reais para manter as dotações.

Implantação e construção de corredores de ônibus, mil reais para manter as dotações.

Acessibilidade, ampliação, reforma e requalificação de corredores de ônibus, mil reais para manter as dotações.

Manutenção e operação de terminal de ônibus, mil reais para manter a dotação.

Manutenção e operação de faixas exclusivas de ônibus, mil reais para manter a dotação.

Modernização semaforico, mil reais para manter a dotação.

Modernização e controle de fiscalização de tráfego, mil reais para manter a dotação.

Manutenção e operação de sinalização do viário, 150 milhões.

Serviços de engenharia de tráfego. É o contrato da CET, como já falei anteriormente, parte é Tesouro e parte recurso do FMDT.

Manutenção e operação do controle de fiscalização de tráfego, 171.996.671 reais.

Esses são os radares.

Manutenção e operação semafórico, 509.940 e 90.379.015. Faz parte da PPP da Iluminação.

Construção de ciclovias, mil reais para manter a dotação.

Ampliação, reforma e requalificação de ciclovias, mil reais para manter a dotação.

Total de 1.381.075.270 reais.

Finalizamos. Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Ok. Muito obrigado. Foi a Francisca Iracema que fez a exposição?

A SRA. FRANCISCA IRACEMA CUNHA DE ABREU – Exatamente.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Francisca, você pode mandar para a gente, por gentileza, essa exposição?

A SRA. FRANCISCA IRACEMA CUNHA DE ABREU – Mando, com certeza.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Você tem o *e-mail*? Por gentileza.

Agora, eu passo para a Secretária... Eu tenho que ler, porque os nomes mudam muito nas gestões.

Passo, imediatamente, a palavra para a Secretária Elza Paulina de Souza, da Secretaria Municipal de Segurança Urbana. É você que vai fazer a exposição?

A SRA. ELZA PAULINA DE SOUZA – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Ok. E, ao final da fala e exposição da Secretária Elza, encerram-se as inscrições. Ok?

Tem a palavra, Secretária.

A SRA. ELZA PAULINA DE SOUZA – Bom dia a todas e a todos. Estou muito agradecida, Presidente, pela oportunidade de estar aqui. Cumprimento também todos os Vereadores que estão nos acompanhando.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Secretária, me permite. O Vereador Senival

Moura, que é o Líder da Bancada do PT e é o Presidente da Comissão de Trânsito e Transporte, está conosco. Quer aguardar ainda algumas informações? Ok.

A SRA. ELZA PAULINA DE SOUZA – Obrigada. Quero cumprimentar o Vereador Senival Moura e, na pessoa dele, todos os demais Vereadores que estão nos acompanhando *on-line* nesta apresentação. Quero cumprimentar os Inspetores da Guarda Civil Metropolitana, que nos acompanham, o Inspetor Marcondes e o Inspetor André. Também o nosso Sindicato, na pessoa do Villar e a equipe que construiu esse trabalho conosco, na pessoa da Secretária Adjunta Bruna Gadelha, da Gisele e do nosso técnico, que estão nos acompanhando.

A partir de agora, vamos começar a nossa apresentação.

- A oradora passa a se referir a imagens exibidas na tela de projeção.

A SRA. ELZA PAULINA DE SOUZA – Nesse *slide* apresentamos uma evolução do nosso orçamento, desde 2017, com 494 milhões; e para 2024, com 1.198 bilhão. Houve uma evolução com mais de 50% desse orçamento.

Esse é o nosso planejamento, é o projeto de gastos do ano de 2024 onde a Folha de Pagamento acaba consumindo mais de 70% dos nossos recursos. Essa Folha de Pagamento compreende todos os vencimentos, auxílio-alimentação e auxílio-transporte dos nossos servidores. Em seguida, nós temos a parte Administrativa, com mais de 4 milhões onde constam os aluguéis de todos os nossos equipamentos, os equipamentos que são alugados, bem como os serviços continuados. Tecnologia, são mais de 15 milhões, com serviços continuados e desenvolvimento de aplicativos dos quais, neste ano de 2023, tivemos uma evolução bastante considerável na questão da tecnologia em aplicativos utilizados pela Guarda Civil Metropolitana e Defesa Civil. Obra, reforma manutenção: são 66 milhões. Nós temos algumas unidades que eu posso citar que estão em reforma ou estão em planejamento de reforma, que são: IV Centenário, Casa Verde, Inspetoria Casa Verde, Cidade Tiradentes, Jabaquara, Inspetoria de Defesa da Mulher e Ações Sociais, Bororé, entre outros.

A Operação Delegada é o nosso segundo maior consumidor do Orçamento da Secretaria, são 120 milhões. Há um orçamento específico para a Operação Delegada, que consta da nossa Secretaria. A Junta do Serviço Militar, 487, e para os serviços continuados também; a GCM, 78 milhões com os serviços continuados, dentre os quais: equipamentos e armamentos. Tivemos também uma evolução na atualização de nossos armamentos. Hoje a Guarda conta com mais de 80% do efetivo, em especial o operacional, com pistolas 9 milímetros; equipamentos de proteção balística e equipamento de proteção individual, uniformes e embarcações. Quanto aos uniformes, vale um adendo, nós estamos atualmente promovendo e entregando a cada integrante da Instituição dois uniformes por ano, o que não acontecia anteriormente. Nós conseguimos essa evolução, graças a Deus, e aqui eu agradeço ao Executivo e a esta Casa, que têm nos apoiado muito.

A Defesa Civil, mais de 4 milhões com serviços continuados e equipamentos; o Smart Sampa, com 29 milhões. Quero ressaltar que provavelmente vamos precisar de suplementação considerando que alguns dos nossos projetos estão em fase inicial, precisarão então de suplementação a fim de dar efetividade aos projetos.

Dentro dos nossos recursos, a fonte é majoritariamente do Tesouro, que são os custeios de investimentos; transferências federais e também operação de crédito que está para ser contratada no ano de 2024, então totalizando 1,198 bilhão.

Para o nosso programa de metas 2021/2024, além do objetivo de ampliar a capacidade de monitoramento em segurança urbana e cobertura das ações protetivas destinadas às vítimas de violência na cidade de São Paulo, já conseguimos alcançar a meta nº 29, que foi a contratação de novos mil guardas, além de uma nova autorização para mais 500 novos homens para a Instituição, dos quais 379 já estão na academia de formação para preparação e poderem passar para o nosso efetivo.

A nossa meta nº 30, integrar 20 mil câmeras de vigilância até 2024, o nosso programa Smart Sampa já está em processo de instalação das câmeras, em especial na região central da cidade. Graças a Deus, estamos caminhando com muito afinco.

A meta nº 31, ampliar a capacidade da GCM para realização de ação protetiva para as mulheres vítimas de violência, já foi alcançada, inclusive já ultrapassamos e ampliamos também as atividades da Inspetoria de Defesa da Mulher e Ações Sociais, em especial na área de prevenção.

A meta nº 85 foi contratada este ano para prover a frota da Secretaria Municipal de Segurança Urbana com 50 veículos com tecnologia de baixo carbono, também já em fase de contratação. Esse é um processo bastante importante vem a Guarda, a Secretaria Municipal de Segurança Urbana, junto à Prefeitura do Município de São Paulo, assumindo essa responsabilidade com relação à prevenção do meio ambiente.

Aqui apenas detalha algumas das nossas aplicações do orçamento que foi a ampliação da capacidade de policiamento preventivo, com a formação de novos mil homens e a nomeação de mais 500. A gente pode observar essa diferença em especial na região central da cidade de São Paulo.

A ampliação do orçamento, no sentido de operação em conjunto com outras esferas, modernização de equipamentos. Como eu disse agora pouco, armamento, motos, viaturas, uniformes, os EPIs que são os equipamentos de proteção individual. Além disso, houve uma evolução bastante considerável também na área da tecnologia onde os nossos homens, hoje, operam com os nossos equipamentos não precisando mais, necessariamente, utilizar tanto papel que se utilizava antigamente.

Estamos também ampliando os cursos de capacitação, fortalecendo o preparo do guarda civil metropolitano, em especial nas ações transversais da Prefeitura do Município de São Paulo, tendo um efetivo avanço na área de direitos humanos e cidadania.

Quanto às nossas unidades, nós reformamos várias neste ano, no ano passado entregamos. Como eu disse agora pouco citando alguns exemplos de reforma de unidades operacionais da Guarda Civil, para o ano de 2024.

A Secretaria Municipal de Segurança Urbana, através da Guarda Civil, também tem investido bastante na área dos trabalhos sociais. Como exemplo, no campo da cinoterapia, são

os nossos cães que fazem a terapia no hospital, para levar um pouco de conforto para as pessoas debilitadas.

Há também a Defesa Ambiental que faz um trabalho belíssimo na prevenção do meio ambiente. Na Inspeção da Defesa da Mulher o trabalho é realizado na prevenção com relação às ações de enfrentamento à violência doméstica, prevenção às drogas, entre outros.

No que se refere à Defesa Civil, há ampliação do orçamento para este ano também. Estamos investindo em cursos de aprimoramento, equipamentos de proteção individual e treinamento. Neste ano, fizemos um treinamento com relação à área de risco e a nossa ideia, vontade, desejo e objetivo é conseguir ampliar esses treinamentos para que as equipes possam estar mais capacitadas para atuarem no território quando for necessário. Claramente, de acordo com as demais secretarias da Prefeitura do Município de São Paulo.

Com relação ao projeto Smart Sampa, nós instalamos o programa, que vem na vanguarda na cidade de São Paulo. É uma das nossas maiores alegrias e objetivos, considerando que essa plataforma é uma das mais avançadas que há no cenário mundial, em especial porque é integradora.

Esclarecendo que a plataforma possibilita integrar os mais diversos programas e tecnologias que a Prefeitura desenvolve, quer seja na área de trânsito, fiscalização de trânsito, CET e o SAMU. Temos aqui uma inovação nos equipamentos da educação que contará com a cobertura desse monitoramento. Além disso, há também um sistema de alarme para que possa soar na nossa central de monitoramento.

O Smart Sampa vem com quatro pilares, ou seja, a prevenção, que é o fato de termos uma câmera instalada, a pessoa já fica preocupada quanto a cometer um ilícito; a pronta resposta, que é quando acontece um crime e as unidades policiais, não somente a Guarda Civil, mas a Polícia Militar, podem também agir no flagrante; a ação reativa, quando aconteceu o ilícito, não foi possível vir com o flagrante, a gente consegue compartilhar as informações com a Polícia Judiciária e a Polícia Civil do Estado de São Paulo, para que eles possam fazer a apreensão do indivíduo; e a integração, uma das inovações desse programa é que essa integração vai

possibilitar que compartilhemos isso com as demais forças de segurança do estado, bem como com a Polícia Federal e a Polícia Rodoviária Federal. Já recebemos a informação de que têm interesse de ter informações dentro desse processo. Esses dados que serão captados nesse programa, nessa plataforma, serão transformados em informação e essa informação será compartilhada com as demais Secretarias da Prefeitura. Um exemplo clássico disso será todo o público que ingressa em uma Unidade Básica de Saúde. Eu posso e tenho condições de delinear que público vai frequentar aquele espaço. Aí, posso, também, iniciar políticas públicas voltadas a esse público, àquele território.

Também temos, ainda, referente ao Smart Sampa, uma possibilidade que vai agregar muito, em especial, com a Secretaria Municipal de Direitos Humanos, às pessoas que estão desaparecidas na cidade de São Paulo, quer sejam adultos, quer sejam crianças. Então, para nós, vai ser um grande avanço. Todas as nossas equipes estão sendo capacitadas, preparadas para esta nova tecnologia, e nós temos certeza de que a população de São Paulo vai ganhar muito com isso.

Por último, não menos importante, acabamos falando um pouquinho do programa Guardiã Maria da Penha, que hoje é referência, não somente na cidade de São Paulo, mas no Brasil. São as nossas equipes que fazem a fiscalização de medida protetiva de urgência, especificamente na cidade de São Paulo. São 13 viaturas que fazem esse programa. São 98 GCMs que trabalham exclusivamente na proteção e na fiscalização de medida protetiva de urgência. Todas as equipes são capacitadas e são treinadas para um atendimento humanizado e para a escuta ativa.

Aqui, faço uma ressalva: a partir deste ano, na Academia de Formação de Segurança Urbana, após tratativas com o Comando Geral e com a Secretaria, nós adequamos o currículo de formação de todo guarda ingressante na carreira. Todo nosso efetivo tem a capacidade técnica de atender e acolher qualquer tipo de violência cometida contra a mulher, quer seja violência doméstica, quer seja qualquer tipo de violência. Nossas equipes estão capacitadas e treinadas para receber, acolher e encaminhar essas vítimas de violência.

Aqui, eu encerro, agradecendo a oportunidade e ressaltando, mais uma vez, que provavelmente precisaremos de um adendo, para que consigamos cumprir todos os nossos programas que foram iniciados neste ano.

Muito obrigada, Presidente, mais uma vez. Muito obrigada a cada um de vocês.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Secretária, obrigado. Perdoe-me. É que ficamos aqui, organizando.

A SRA. ELZA PAULINA DE SOUZA – É tranquilo. Eu sei como funciona: trocando o pneu com o carro andando. Não é, Presidente? É isso, mesmo.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – É isso, aí. Obrigado, Secretária.

As inscrições estão encerradas.

Agora, é a SPTrans. Então, representando o Sr. Levi dos Santos Oliveira, tem a palavra o Sr. Anderson Clayton Maia, que é Diretor de Administração e Infraestrutura. O senhor me ouve, Sr. Anderson?

O SR. ANDERSON CLAYTON NOGUEIRA MAIA – Oi, Presidente. Está me ouvindo?

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Agora, sim. Está perfeito.

O SR. ANDERSON CLAYTON NOGUEIRA MAIA – Presidente, Parlamentares, cumprimento os demais colegas presentes nesta sessão.

Presidente, as nossas informações estão contidas na apresentação aclarada pela Sra. Francisca Iracema.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Ok, então.

O SR. ANDERSON CLAYTON NOGUEIRA MAIA – Ok? Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Está ok. Obrigado, Sr. Anderson.

Representado o Hemilton Tsuneyoshi, tem a palavra o Sr. Rafael Rodrigues de Oliveira, pela CET, Diretor Administrativo Financeiro.

O SR. RAFAEL RODRIGUES DE OLIVEIRA – Sr. Presidente, assim como a SPTrans, todas as nossas informações fazem parte da apresentação consolidada que a

Francisca Iracema expos.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Ok. Então já incorporado na apresentação geral da Secretaria. Muito obrigado.

Anunciar a presença do nosso querido Vereador Senival Moura, Líder da Bancada do PT e Presidente da Comissão de Trânsito e Transporte.

Inscrição *on-line*: Sra. Talita do Nascimento. (Pausa) Ausente; Sr. Thiago de Barros. (Pausa) Ausente; Sr. Antônio Leria. (Pausa) Ausente; Sra. Tarsila Miranda (Pausa) Ausente. Se alguém conectar, por favor, avise. (Pausa)

Com a palavra o Sr. Hog Scarpellini, da União Cupecê.

O SR. HOG SCARPELLINI – Bom dia a todos. Meu nome é Hog, represento os moradores e comerciantes da Av. Cupecê, na Cidade Ademar. Estou aproveitando essa audiência, talvez fuja um pouquinho do assunto principal, mas vamos lá.

Primeiramente, agradecer ao Sr. Presidente Jair Tatto e aos demais vereadores presentes; vi que tem alguns *on-line*; secretários presentes; Tribunal de Contas.

A questão que estamos discutindo, até o Sr. Anderson está aí. Tudo bem Sr. Anderson? Já foi até à SPTrans, já voltou e agora pedimos uma audiência, através do Subprefeito da Cidade Ademar, e não tivemos resposta ainda. Precisamos de resposta disso aí, Sr. Anderson. Precisamos de mais uma audiência pública com a SPTrans. Não é a SPTrans chamando a gente, somos munícipes chamando a SPTrans para discutir o Terminal Jardim Miriam, mais uma vez.

Por que viemos aqui hoje? Porque esse terminal interessa a todos. A proposta que nós levamos para a SPTrans e para aos demais vereadores e outras pessoas, envolve, tanto a segurança, como o Tribunal de Contas. Nossa proposta é muito mais econômica do que a SPTrans está discutindo. Inclusive, a proposta é colocar a GCM que está no Jardim Miriam, hoje, junto do Terminal para aumentar tanto a segurança do Terminal como economizar dinheiro do Município. Mas a SPTrans não está muito disposta a ouvir essa proposta, parece. Então, nós estamos esperando a resposta deles para poder ter essa conversa mais olho no olho e já

aproveito e convido tanto a Secretária Elza, como o Sr. Adriano para ficar de olho nessa situação, por que queremos economizar dinheiro público e não gastar mais dinheiro público com desapropriações desnecessárias, ok. Meu recado era esse.

Agradeço o tempo disponível. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Obrigado, Hog. Comunico que o relator do orçamento, escolhido por essa Comissão, é o Vereador Dr. Sidney Cruz. Ele está numa viagem pela Casa, numa missão da Casa e volta dia 20. Então, estou justificando a ausência do relator, que sempre está presente. Na próxima de sábado, regional, ele já estará conosco lá na zona Sul. Então, o relator é o Dr. Sidney Cruz.

Tem a palavra o Sr. Fábio Lima, da União Cupecê.

O SR. FÁBIO LIMA – Muito bom dia a todos.

Muito obrigado, Vereador Tatto, Vereador Senival, outros integrantes da Mesa, nosso excelentíssimo Anderson, da SPTrans. Novamente viemos falar do terminal Jardim Miriam. Assim como o Hog acabou de falar, passamos uma proposta muito mais barata, a qual nós poderíamos integrar um serviço que já é nosso, que é o Poupatempo, “governo” dentro de um terreno público que é nosso, sempre foi da Prefeitura. Entregamos o projeto que fariam o terminal na parte de baixo, o Poupatempo no centro e uma praça de alimentação para a população em cima, gerando emprego, e a guarda civil acoplada junto ao terminal. Não seria necessário a desapropriação da região onde foi proposta pela SPTrans. Uma região que quase não alaga, mas a SPTrans informou que é a região adequada do bairro.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Onde que é mesmo?

O SR. FÁBIO LIMA – Avenida Cupecê, Jardim Miriam.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Ali envolve desapropriações, né?

O SR. FÁBIO LIMA – Exatamente, é onde a SPTrans falou que é legal, quase não alaga.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Que parte que é ali? Vamos ver.

O SR. FÁBIO LIMA – Antes de chegar no Jardim Miriam.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Passa a Praça Lígia?

O SR. FÁBIO LIMA – Passou a feira livre, uns dois quilômetros para frente antes de chegar no centro do Jardim Miriam.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Está entendido, aí envolve desapropriações, né, está entendido, pode seguir.

O SR. FÁBIO LIMA – São dois mil empregos diretos no mínimo, fora as residências. A principal rede social do bairro só tem 150 mil pessoas que acompanham a rede social e essa rede social fez a gentileza de republicar o nosso projeto popular do terminal: 98% das pessoas concordam que o terminal tem que ser no Jardim Miriam e não onde a SPTrans informa que deve ser agora, sem estudo, por sinal. A SPTrans quer exatamente onde estamos, ali no Jardim Prudência, 2,5 quilômetros, longe do projeto inicial de 98.

Então, 98% dessas 150 mil pessoas querem o terminal no Jardim Miriam, que é onde ficam os pontos finais, onde tem sentido fazer o terminal e onde não terá gastos em excesso porque não desapropria uma casa sequer. Isso é um projeto que a população fez, mas que infelizmente nós levamos ao conhecimento da SPTrans e não sei o que aconteceu com o papel se sumiu ou não, então nós vimos aqui pedir encarecidamente, estamos com o documento ali para protocolar nos 55 gabinetes, uma reunião com Subsecretário de Transporte, com o Prefeito, já que o Prefeito assinou o decreto, que a SPTrans deu, que lá tem que ser feito. Então queremos falar diretamente com ele, se for possível.

Muito obrigado. Um bom dia a todos.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Ok.

Tem a palavra a Sra. Fernanda Fontana.

Eu vou fazer uma pergunta aqui: é que a Secretária estava expondo, eu não vi se está no Plano de Metas, terminal, a construção do terminal está no Plano, sim, Meta 45. Depois eu vou identificar no orçamento, porque também não consegui prestar atenção direito, mas já dá uma olhada para mim, especificamente, sobre a manutenção e construção. Parece que não tem nada para construção, no orçamento, de terminais.

- Manifestação fora do microfone.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Por gentileza. Fernanda.

- Ruído no ambiente virtual. Transcrição prejudicada.

O SR. CELSO GONÇALVES BARBOSA – Meta 47, está no orçamento, sim.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Ah, está no orçamento, o valor, tem uma rubrica para construção do terminal, é isso?

O SR. CELSO GONÇALVES BARBOSA – Terminais.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Terminais. É assim?

O SR. CELSO GONÇALVES BARBOSA – Assim como os demais terminais que compõem essa meta.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Ok. Obrigado, Secretário. Vocês vão passar um documento aqui, não é? (Pausa) Obrigado, Secretário, então por favor, pode protocolar o documento aqui conosco, na assessoria.

Fernanda Fontana, desculpe ter te interrompido.

A SRA. FERNANDA FONTANA – Bom dia a todos. Também represento a União Cupecê e os munícipes estão completamente revoltados porque, dentre outras coisas, não tivemos a oportunidade de nos comunicar, de mostrar nossa indignação.

- Manifestações concomitantes.

A SRA. FERNANDA FONTANA - Ninguém é contra a construção do terminal, muito pelo contrário, todos somos a favor, porém, no local, se existe a possibilidade de não desapropriar 200 famílias, de não aniquilar dois mil empregos, economizar verba pública, por que vamos fazer o contrário? Então o munícipe quer entender por que não temos direito a falar e a ser ouvido.

Já fomos em inúmeros lugares, já fomos a gabinetes, já pedimos reuniões, já falamos com a SPTrans, já fomos a reuniões com o bairro, ninguém se dispõe a falar: “Olha, tudo bem, vamos ouvir, vamos dar uma atenção”.

Então, hoje, eu gostaria, como munícipe, de questionar o Tribunal de Contas,

representado pelo Sr. Adriano: o munícipe tem voz em questionar a verba que vai ser usada para nós, desnecessariamente com as desapropriações, quando há um local que já tem, que já é do governo, já é próprio para isso, onde atualmente está localizado o Poupa Tempo? Nós temos direito a questionar? Nós podemos contar com a audição do senhor para que isso seja levado para a frente?

Porque acho que não é só o interesse da SPTrans ou de quem quer que seja; deve ser levado em consideração o interesse da coletividade, ou seja, o que é mais: é benéfico ou está prejudicando mais?

A nosso ver, eu que sou moradora e trabalhadora, está sendo mais prejudicial do que benéfico. Qual é a lógica de se fazer uma coisa que está sendo mais prejudicial do que benéfico?

- Manifestação fora do microfone.

O SR. ADRIANO CREMONESI – Bom dia a todos e a todas. Gostaria de cumprimentar a todos os presentes em nome do Presidente Jair Tatto. Eu não ia falar, mas já que teve essa indagação, vamos lá.

Na verdade, o Tribunal de Contas está disponível para todos os munícipes. Temos as representações, vocês podem entrar com a representação expondo o caso de vocês. Isso será analisado por nosso corpo técnico e, posteriormente, pelos conselheiros. Então o Tribunal está à disposição dos munícipes sim, tem também nosso site, o portal do Tribunal de Contas, ou diretamente no Tribunal de Contas mesmo, tem a equipe de protocolo para receber, pode ser feita uma representação. Também os próprios Vereadores agem dessa forma, vocês podem apresentar para os Vereadores eles também podem representar, junto ao Tribunal de Contas, para analisarmos a questão.

A SRA. FERNANDA FONTANA – Então fica, aqui, mais um apelo que os Vereadores podem, e agora nós precisamos que eles queiram, nos ouvir e nos ajudar. É só isso. Bom dia, obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Obrigado, Fernanda.

O SR. ADRIANO CREMONESI – Só queria cumprimentar, parabenizando a

Secretária Elza pela apresentação, e as demais autoridades presentes, saudação que faço em nome do Vereador Jair Tatto e também do Vereador Senival Moura, meu amigo, além também do Vereador Paulo Frange. Acho que tem mais parlamentar *on-line*.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Sim, estão a Rute e o Isac.

O SR. ADRIANO CREMONESI – Sim, Dra. Rute e Dr. Isac também. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Ok. Deixem eu anunciar aqui então a presença do nosso querido Vereador Paulo Frange, membro da Comissão de Finanças, além de presidir a Subcomissão de Estudo da Tarifa Zero nessa Casa.

Vamos seguindo, Marcelo Moraes. Depois, o Geraldo Henrique.

O SR. MARCELO MORAES – Bom dia a todos.

Sou Marcelo Moraes, sou representante dos empregados na Diretoria de Representação dos Empregados da CET de São Paulo.

Srs. Vereadores, Sr. Presidente da Comissão de Finanças, da Comissão de Trânsito e Transportes, demais Vereadores, agradeço a oportunidade.

Mas no que foi demonstrado na apresentação do orçamento que diz respeito à CET, nós vamos ter um ano de 2024 em que simplesmente a CET vai ficar em uma situação extremamente complicada. Um serviço de engenharia com um orçamento proposto de 1,7 bilhão nos coloca em uma situação temerária, sendo que a Prefeitura tem projetos exitosos, a exemplo da Faixa Azul, como destacou a Secretária Elza, bem como programas integrados às empresas CET, SPTrans e GCM para que eles possam ser executados na cidade de São Paulo, prestando um bom serviço à população. Porém, para isso nós dependemos de recursos, e os que estão sendo disponibilizados são insuficientes.

É temerário, portanto, que isso seja aprovado, e é preciso que haja uma revisão do orçamento. Respeito muito os Srs. Secretários, mas a CET não tem como sobreviver com esse orçamento que irá comprometer a prestação de serviço à população, pois ele não diz respeito apenas à questão da mobilidade, mas de vidas. É uma situação que pode comprometer, e muito, a prestação de serviços.

A CET está passando por sérias dificuldades estruturais. Hoje, por exemplo, a montagem da faixa reversível na Radial Leste foi feita a pé pelos agentes de trânsito, já que os veículos adaptados para que a montagem seja realizada de forma rápida e segura estão em manutenção. Além disso, a CET também está em outras áreas. Daí a necessidade urgente de investimentos.

Como um órgão executivo de trânsito, a CET hoje é uma autoridade de trânsito no município de São Paulo. Por isso, peço aos senhores da Comissão de Finanças e de Transporte e aos demais Vereadores que tenham um outro olhar em relação à CET e para as áreas de segurança pública, que envolvem tanto a CET como a SPTrans, a fim de que os projetos da Prefeitura sejam, de fato, exitosos. Se isso não ocorrer, a prestação de serviços e, conseqüentemente, a imagem do Prefeito – que logicamente tem seus objetivos – ficarão comprometidas.

Portanto, pedimos que haja um olhar diferente, porque o orçamento de 1,7 bilhão para o serviço de engenharia é temerário e totalmente insuficiente para a nossa realidade.

Muito obrigado a todos.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Obrigado, Marcelo.

Anuncio a presença de Roberto Tripoli, ex-Presidente desta Casa.

Tem a palavra o Sr. Geraldo Henrique.

O SR. GERALDO HENRIQUE – Bom dia a todos. Meu nome é Henrique e sou conselheiro tutelar da Pedreira no terceiro mandato. Primeiramente, eu gostaria de agradecer à Guarda Civil Metropolitana por todos os anos de apoio que tem nos dado nas horas mais difíceis de ação do Conselho. Não tem como falar de segurança pública sem falar de promoção e de proteção. Se não houver recurso para se fazer a promoção e a proteção, dificilmente se poderá falar em segurança pública.

Quando eu iniciei no Conselho, em 2006, havia uma demanda enorme de vagas em creches e EMEIs, mas não tantas de violência. Em três a quatro meses, fazíamos uma representação difusa e coletiva de 1.200 crianças por não ter vagas em creches e EMEIs. Só

que hoje se inverteu: a família está adoecendo por questão da drogadição. De certa forma, o Estado consegue cuidar da criança, mas não consegue cuidar das demandas dos adolescentes que estão se encaminhando para a droga e para outros caminhos que conflitam com a lei.

Nós também precisamos que a Comissão de Finanças tenha esse olhar com os nossos recursos, que consigam colocar projetos dessa natureza, na proteção dessas famílias. Isso, hoje, a gente tem uma demanda enorme de acolhimento de crianças por questão de drogadição que esses próprios jovens acabam no mundo da drogadição e não conseguem cuidar dos filhos depois. A gente não está conseguindo nem família extensa para fazer a proteção dessas crianças.

Então, a medida de proteção tem sido aplicada muito e está muito grande no município de São Paulo.

Obrigado, gente.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Obrigado, Henrique.

Sábado temos a audiência das subprefeituras, que abrangem todos os temas. Dia 21 de novembro, será da assistência e direitos humanos e aí entra a questão do Conselho Tutelar.

Seguindo, Maurício Vilar, do SindGuardas.

O SR. MAURÍCIO VILAR – Muito obrigado, Sr. Presidente Tatto, nobres Vereadores Senival, Paulo Frange, e a Câmara Municipal que tem ajudado sobremaneira a nossa Guarda Civil Metropolitana da cidade de São Paulo.

Essa ajuda fez com que o vice de um opositor nosso lá em Brasília, um histórico opositor Coel PM Distrito Federal Alberto Fraga, que ele vai apoiar a guarda o dia em que as guardas municipais do Brasil forem iguais a guarda de São Paulo. Então, isso é um trabalho conjunto de todos. Tem uma secretária de carreira que foi Guarda Civil Metropolitana, que trabalhou na rua e que sabe das dificuldades; um comandante de carreira que é o nosso Comandante Agapito. Esse é um trabalho conjunto que chega ao resultado.

Acredito que a Câmara poderia nos ajudar um pouco mais. A prefeitura tem nos ajudado muito. Houve uma revolução na guarda. Se nós olharmos a guarda dez anos atrás, nós

estamos muito à frente do que tínhamos naquela época, mas acho que a gente poderia melhorar um pouquinho mais.

Vou trazer alguns números para isso. Se os nossos Vereadores puderem dar uma olhadinha na primeira folha do meu rascunho, temos através desse *my side* as 10 cidades mais seguras do Estado de São Paulo.

Então, Salto tem guarda; Várzea Paulista tem guarda; Botucatu tem guarda; Indaiatuba tem guarda e é uma das melhores do Brasil; Araraquara tem uma guarda desarmada; Votorantim tem guarda; Poá tem guarda; Santa Bárbara D'Oeste tem guarda, do nosso Eliel Miranda; Atibaia tem uma guarda muito boa do nosso Lucas Cardoso; e Bragança Paulista. Todas essas cidades têm guardas.

Se pegarmos Várzea Paulista, é uma cidade com 115 mil habitantes. Então, é uma cidade pequena e é difícil comparar com a cidade de São Paulo, mas é importante trazer alguns números. A relação habitante guarda lá é de 1.146 habitantes para um guarda. A cidade de São Paulo, com o nosso efetivo atual que o Prefeito Ricardo Nunes contratou 500 acima da meta de 1000, está chegando nos 1.684 habitantes para um guarda. Isso faz uma diferença gigante.

O lado ruim desse dado é que uma cidade que tem um PIB de 25 mil reais enquanto outra cidade tem um PIB de mais de 60 mil, eu acho que São Paulo poderia fazer mais. Está fazendo bastante, mas eu acho que a Câmara Municipal pode nos ajudar a fazer mais e fazer com que São Paulo mostre para o Brasil a importância de ter um município investindo na segurança para proteger o seu cidadão.

Caraguatatuba também tem 134 mil e poucos habitantes. A guarda iniciou o trabalho no ano passado. Em 2022, Caraguatatuba teve 31 homicídios e um latrocínio. Várzea Paulista teve quatro. Caraguatatuba conta com a Operação Delegada há anos. Então, podemos observar que a diferença é um investimento que o prefeito faz na sua guarda municipal, porque estamos comparando coisas parecidas, cidades com as mesmas características de habitantes.

São Paulo fica difícil comparar. Precisamos comparar com algo tão grande quanto. Em São Paulo, no ano passado, houve 646 pessoas vítimas de violência seja homicídio, seja

latrocínio. Para comparar São Paulo, o que eu trago? Trago o estado do Paraná.

Então o estado do Paraná inteiro tem 11,444 milhões contra os nossos 11 milhões, 200 e poucos mil aqui na cidade de São Paulo. Se nós olharmos o estado do Paraná, ele possui 20 mil policiais...

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Eu vou fazer uma observação, se você for ler tudo...

O SR. MAURÍCIO VILLAR – Não, não, não, é rápido.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – São três minutos, e eu estou dando uma, são mais dois porque está aqui, está protocolado.

O SR. MAURÍCIO VILLAR – Vou encerrar, é bem rápido, Presidente. São 20 mil policiais militares no estado do Paraná inteiro, só que se olharmos o Orçamento do estado do Paraná e mais as seis maiores cidades do estado do Paraná, vamos ter 84 bilhões. Então essa conta não está batendo porque o nosso salário aqui da Guarda Civil Metropolitana é muito inferior ao salário da Polícia Militar do estado do Paraná. Hoje um inspetor da Guarda Civil Metropolitana, no mais alto nível do subsídio, o salário vai ser 17 mil e poucos reais; enquanto que o salário da Polícia Militar do estado do Paraná chega a 29 mil reais. Então nós temos uma massa salarial menor, um efetivo muito menor do que a Polícia Militar do estado do Paraná e a cidade de São Paulo arrecada muito, mas muito mais do que o estado do Paraná.

Eu acho que a Prefeitura e que a Câmara Municipal principalmente, nós precisamos começar a rever essas posições por que quanto vale cada uma dessas vidas que nós perdemos o ano passado? Quanto vale cada uma dessas vidas, vale mais investimento ou vale menos investimento? Muito obrigado, tenham todos um ótimo dia.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Obrigado, e desculpe eu ter interrompido, é que temos de ir tocando. Vamos lá, Professor Marcelo Nerling.

Temos mais uma inscrição, Sr. Jorge Françoço, do Movimento Respira São Paulo.

O SR. MARCELO NERLING – Exmo. Vereador Jair Tatto, agradeço e também ao apoio da Comissão pela deferência da inscrição tardia. Quero saudar na sua pessoa todos os

Vereadores, também a todos os servidores desta Casa, os assessores, e saudar a população que nos acompanha aqui, hoje.

É trágico quando a gente vê inversão de valores. Valorizamos sim, defendemos que a Guarda Civil, de fato, tenha dignidade na profissão, mas é interessante como estamos avocando para a competência municipal uma competência que é estadual e que o Governo Federal também tem se omitido. Acho que nós temos de repensar isso. Eu vejo as guardas-civis comprando metralhadoras e, cada vez mais, vendo a população como sua inimiga, quando ela foi criada para ser uma guarda patrimonial e não uma guarda de defesa da cidadania.

Quanto à locação para manutenção de duração continuada, me estarrece ver a ausência de planejamento do nosso Município. Quando eu tenho uma locação, por exemplo, para pavimentação urbana uma dotação de mil reais e quando nós sabemos que vamos gastar bilhões com pavimentação urbana. É flagrante a decadência ou a ausência total de planejamento quando nós chamamos programa de meta, o próprio nome é incompatível, não é mesmo? Programa é uma coisa e meta é outra coisa.

Então é realmente dizer que lamento ensinar aos meus alunos o Direito Financeiro diante do que se pratica em nossa municipalidade, quando não nos faltam recursos para isso. Quero dizer também que quando vejo as dotações, que são uma mera manutenção de programas de duração continuada por força de lei, elas não externalizam, de fato, o planejamento. Certamente nós vamos ganhar mais um prêmio do sistema financeiro nacional e vamos renovar o nosso *triple a*, não é mesmo? Ou seja, a nossa máxima do sistema financeiro é que nós temos 30 bilhões parados nas contas bancárias e a miséria se alastra na nossa fuça!

Então, agora eu gostaria de ouvir em particular porque nada ouvi por parte do Executivo, até porque isto aqui não é uma audiência, não é para as autoridades ouvirem, de novo é o requentar de documentos públicos, de informações públicas que consomem uma hora da audiência e depois sobra meia-hora para, de fato, para a oitiva das autoridades sobre a manifestação popular. Portanto, há uma inversão total nessa lógica de audiências públicas.

E eu concluo, Sr. Presidente, aproveitando a presença do Vereador Paulo Frange,

porque temos acompanhado com bastante atenção a Subcomissão Tarifa Zero, e nada ouvimos por parte do Executivo em relação a essa matéria. Ontem, São Caetano avançou com a notícia de que remeteu ao Poder Legislativo projeto de lei para aprovação, então se tornou o terceiro município na região metropolitana. Nós gostaríamos de saber como andou o projeto de iniciativa desta Subcomissão, ou da própria Comissão, que teria pré-elaborado um projeto de lei para dar encaminhamento à tarifa zero.

Tivemos a oportunidade de ouvir o Deputado Federal Jilmar Tatto aqui, que é um articulador nacional desta bandeira, que mostra a viabilidade econômica e financeira de termos uma programação tarifa zero também no Município de São Paulo.

Teremos uma grande vontade de ouvir, aproveitando também o Presidente da Comissão de Transportes, para que a gente possa harmonizar um pouco e que a população possa entender um pouco melhor a quantas nós andamos com o projeto, dado que, de parte do Executivo, nada ouvimos.

Para encerrar, Sr. Presidente, aguardaríamos ansiosamente uma audiência pública para tratar da Lei Orçamentária Anual do Poder Legislativo, do seu órgão auxiliar, que está programado dentro do Orçamento do Município de São Paulo, que o Tribunal de Faz de Contas.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Obrigado, Professor.

Chamo o Sr. Jorge Françoze de Moraes, do Movimento Respira São Paulo.

O SR. JORGE FRANÇOZO DE MORAES – Bom dia a todos, meu nome é Jorge Françoze, faço parte do Movimento Respira São Paulo, fundado em 2004, com o objetivo de incentivar o uso da tração elétrica, com trólebus, ônibus elétricos e veículos leves sobre trilhos.

Nesta oportunidade, gostaríamos de alertar aos integrantes desta Comissão a respeito do desperdício do Erário Público se o sistema trólebus for desativado prematuramente de acordo com as declarações do Prefeito Sr. Ricardo Nunes.

Toda rede elétrica de São Paulo foi renovada entre 2011 e 2020. Nesses 12 anos, os investimentos públicos para manutenção foram da ordem de 175 milhões que, se atualizados,

esse valor pode chegar a 300 milhões. Essa infraestrutura pode ter vida útil de 20 anos, portanto, deve ser utilizada até o final dessa sua vida útil, que é, no mínimo, até 2030.

Também a frota de 201 trólebus que é pública, foi adquirida entre 2009 e 2013, tem 15 anos de utilização, de acordo com as próprias especificações da SP Trans. Portanto, esses veículos só poderão ser desativados a partir de 2024 e 2028. Em decorrência disso, a decisão sobre o futuro desse sistema caberá à próxima gestão, não a esta.

Se formos comprar 200 ônibus à bateria em antecedência à desativação dos trólebus, o custo será bastante elevado. Se levarmos em conta que um ônibus à bateria custa em torno de 1,5 milhão, os 200 custarão cerca de 300 milhões. Será necessária a aquisição de 50 a 100 carregadores, que custarão por volta de 20 milhões e a instalação de estações de grande porte nas garagens.

Finalizando, preparamos um relatório com esses documentos, gostaríamos de entrega-lo a esta Comissão para iniciar um processo de análise, para determinar ao Prefeito que reveja suas pretensões de desativação gradativa do sistema e que o mantenha em operação normal, com todos os parâmetros atuais vigentes.

Agradecemos a atenção de todos.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) - Obrigado. Este Presidente é muito bonzinho. Chamo o Sr. Antonio Pedro, da SOS Transportes. Agora é o último.

O SR. ANTONIO PEDRO SOUZA – Bom dia a todas as pessoas presentes. Agradeço a permissão do uso da fala.

Justifico que ironicamente não consegui chegar porque fiquei preso na Avenida Santo Amaro, numa fila de mais de 200 ônibus, caminhei quase cinco quilômetros para pegar um ônibus depois do túnel da São Gabriel e chegar aqui. Era para ter chegado no horário.

Sou da região de M'Boi Mirim, conhecido nas redes sociais como Tonhão, sou da Facesp e do SOS Transportes M'Boi Mirim.

Quero saber, devem ter feito uma explanação inicial, o que está reservado para a nossa região. Todos sabem, porque é histórica a luta da região do fundão da M'Boi Mirim pelo

direito ao transporte e mobilidade.

No último dia 11 de agosto, nós fizemos mais um ato, com uma grande caminhada de seis quilômetros, da Igreja de Guadalupe até o Largo do Jardim Ângela, em defesa do transporte e da mobilidade. Nossa pauta, lá, é a questão da duplicação da M'Boi Mirim e a extensão da Linha Lilás do Metrô do Capão Redondo até o Jardim Ângela. Ambos os projetos estão travados há muitos anos. Fazemos reunião com o Metrô e com a Secretaria dos Transportes Metropolitanos e isso não avança. Não está dentro dos projetos priorizar aquela região, que perde horas e horas, cotidianamente, com um projeto que não sai do papel.

Então, nós queremos saber o que está previsto daquilo que está no orçamento e se tem prazo e cronograma para que isso seja feito, finalmente, tirando a nossa população de um sofrimento diário, o que faz com que percamos, digamos, anos da nossa vida, presos no trânsito ou tendo de descer e caminhar, como eu fiz agora, na Santo Amaro.

É mais isso. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Obrigado, Sr. Antonio, pela contribuição. Passo a palavra para o Vereador Paulo Frange.

Acho que, daqui a três minutos, se houver quórum, eu tenho de suspender e abrir a reunião. Eu suspendo por coisa de dois minutos e volto para a audiência, ok? É porque nós já estamos com três reuniões adiadas. Acho que hoje vamos ter de fazer um esforço, aqui.

Vereador Paulo Frange?

O SR. PAULO FRANGE – Presidente, eu estou apenas acompanhando. Respondendo, rapidamente, à pergunta que foi feita, nós estamos aguardando uma informação técnica que possa nos assegurar números, para que possamos discutir aquilo que envolve a proposta do projeto da tarifa zero, que são o CadÚnico e o Caged. O assessor do Tribunal de Contas está nos colocando em contato com o estudo que foi feito ao Tribunal de Contas e vamos agendar, o mais breve possível, essa reunião, para que tenhamos números oficiais, pelo menos tecnicamente elaborados, para que possamos discutir esse assunto na Comissão.

Então, acho que essa é a proposta mais interessante, que envolve a nossa parte,

que é a parte do financiamento. É lógico que todo esse processo passa por uma grande engenharia, que é exatamente a da Secretaria dos Transportes e da Comissão de Transporte da Casa. É exatamente saber onde está esse um milhão e meio de pessoas da cidade e que linhas nós teríamos de mudar, aumentar, ampliar, para não ter os problemas que as outras cidades tiveram, ou seja, sempre faltando ônibus, porque a tarifa ficou zero e em algum lugar aumentou o movimento.

Esse estudo é uma engenharia complexa e vai depender muito do trabalho em conjunto da Secretaria dos Transportes, com a Comissão de Transporte da Casa e com as informações que nós devemos ter, com certeza, além da inteligência da Prefeitura com relação a essas linhas, pois nós temos como cruzar as informações do CEP das pessoas que estão hoje incluídas no programa do CadÚnico com as linhas mais próximas. Com certeza, serão mais usuários. Então, não podemos fazer isso em uma linha reta, de forma linear, e dizer: “Não, vamos precisar aumentar para mais 500 ônibus.” De repente, não são 500. São, até, muito menos, mas, especificamente, nas linhas em que vamos ter mais usuários. Esse caminho está se traçando. A ideia não está perdida, no Executivo. Apenas há uma prudência para não criarmos um problema, depois, de insatisfação com o sistema de transporte da cidade de São Paulo.

Acho que todos reconhecem o papel da Secretaria de Segurança para a cidade de São Paulo e a importância do que tem desenvolvido. Eu comentava, agora, há pouco, com a nossa responsável por essa estrutura tão importante que nunca tivemos tanto trabalho para mostrar e o que foi dito sobre o sindicato é verdade. Temos ouvido falar que, quando a segurança estiver com a Guarda Civil Metropolitana estruturada, como está São Paulo, muda. Realmente, mudou muito.

De Jânio Quadros até aqui, demorou muito, mas nós vivíamos um problema, não só financeiro, mas de gestão. Com qualidade, é exatamente aquela que trata dos assuntos com as prioridades em primeiro lugar – e a segurança era uma prioridade. Tem aumentado o investimento. Tem requalificado as bases. Ou seja, nós estamos cuidando de quem cuida. É uma coisa muito importante. Nós não podemos simplesmente deixar ampliar o contingente e deixar o

pessoal a toda prova. Eu tenho como segurança a mesma relação de sofrimento como médico. Ontem visitei um hospital em São Paulo e vi a área chamada conforto médico. Uma área muito maior do que essa, hoje, com refeitório padrão de restaurante na cidade, com uma estrutura de conforto, com sofá. O camarada que passou 18 horas em pé, está terminando um plantão de seis horas, ele pode ter descanso, ter onde ficar, com televisão, internet para poder acessar suas informações no prontuário eletrônico. Tudo mudou. E o guarda civil metropolitano, muitas vezes, no seu trabalho, tem de fazer deslocamentos muito grandes para, de repente, ficar meia hora descansando e voltar ao trabalho. Hoje temos nossas bases, ampliar as requalificadas e dando condições de trabalho. Essas pessoas não podem trabalhar no limite da exaustão. Eles têm de ficar atentos, porque o sucesso deles depende de uma atenção muito grande e foco. Para isso a pessoa tem de estar focada no trabalho, mas precisa, no mínimo, de conforto mental, intelectual para que possa desempenhar sua função.

Então, Sr. Secretário meus cumprimentos, a todos da Guarda pelo trabalho que tem sido feito até agora. Muito obrigado.

O SR. ROBERTO TRIPOLI – Pela ordem, Sr. Presidente. Gostaria de fazer uma sugestão a V.Exa. no sentido de suspendermos a sessão, abrir a Comissão de Finanças, deliberar – são poucos projetos, se houver quórum, claro - deliberar, depois voltar a audiência pública. É uma sugestão.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Perfeito, eu vou abrir, peço só, que V.Exa. faça – uma vez que eu abrir – faça esse encaminhamento.

Suspendo a audiência pública.

- Suspensos, os trabalhos são reabertos sob a presidência do Sr. Jair Tatto.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Retomando a audiência pública, com a palavra o nobre Vereador Senival Moura.

Passo a presidência dos trabalhos ao Vereador Paulo Frange.

- Assume a presidência o Sr. Paulo Frange.

O SR. SENIVAL MOURA – Mais uma vez cumprimentar a todos presentes; representantes da Guarda Civil Metropolitana; Secretaria Elza; Vereador Frange; Vereador Jair; Vereador Isac – forma virtual -; Vereador Dr. Milton; Vereadora Rute; Sr. Adriano Cremonesi, representando o TCM.

Estamos falando sobre o orçamento da cidade. Já ouvimos todos os inscritos e os problemas que há na peça sugerida pelo Executivo. Quero me ater um pouco ao que diz respeito a mobilidade na cidade de São Paulo. Sabemos que a mobilidade é um item muito importante da cidade e que requer um orçamento que consiga fazer com que o povo tenha um transporte adequado. Já ouvimos os questionamentos dos representantes da CET. Entendo que a CET tem uma importância fundamental nessa cidade. Diria que sem a CET, a cidade não anda. E essa denúncia que trouxe, o representante - não recordo o nome – falou que hoje vocês precisaram fazer a montagem do corredor, de forma braçal, a pé, por falta de manutenção. Essa frota, pelo o que eu sei, é uma frota locada. Tem uma locação e precisa ter manutenção e veículos. Como tem um contrato dessa forma que não garante o mínimo para operação? Porque isso é o mínimo. Seria o mínimo. Manter a operação no corredor, um dos mais importantes da cidade, que é a Radial Leste, alguma coisa está errada aí. Tem algo gravíssimo que precisa ser cuidado.

Esse momento que estamos discutindo o orçamento da cidade é um momento que temos que apontar onde tem problema e que esse problema não venha acontecer novamente, no futuro. Se olharmos a peça orçamentária, o orçamento do ano corrente de 2023, que inicialmente foi orçado em 3 bilhões, em compensação tarifárias, 3,5 bilhões, hoje já se foi empenhado, liquidado, 4,2 bilhões de reais. A sugestão do Executivo para 2024, a compensação tarifária, está na casa de 4,8 bilhões e mais, sistema de ônibus, mais 275 milhões, ou seja, são 5 bilhões de reais no orçamento para compensações tarifárias do ano de 2024, que é o que sugere a peça orçamentária para o ano seguinte. Já sabendo que esse recurso, o que já foi empenhado agora em 2023, já é praticamente o que vai usar no ano seguinte, ou seja, restam aí certamente praticamente três meses, porque tem que fazer a quitação das compensações

tarifárias, então a compensação tarifária do ano corrente ficará no mínimo entre 5,5 bilhões a 6 bilhões.

Porque já não vem a peça, a sugestão do orçamento para o ano seguinte, já na casa de 7 a 8 bilhões, que é o que vai ser, do ano corrente? O orçamento, se você, o Governo, a gente vem acompanhando o debate da tarifa zero, que é importante, que é fundamental, se você pegar a compensação tarifária, mais o que é arrecadado nas catracas dos veículos e mais o que é pago pelo empregador para o trabalhador, vai dar uma conta de aproximadamente, a conta do sistema durante o ano, de 12 bilhões, do ano corrente. Se você já sabe que 6 bilhões vai vir da compensação tarifária, então não está muito difícil para você adotar uma tarifa zero na cidade de São Paulo, o que precisa é você envolver uma série de atores: tem o Estado; tem que fazer a integração com metrô e trem; você tem a União, que tem compensação; você tem um empregador que entra com recurso. Mas você já tem que deixar um orçamento bem próximo daquilo que é possível, porque vai chegar novamente, no próximo ano, e todo ano vem ocorrendo isso, precisa de fazer o quê: suplementação orçamentária para poder fechar a conta.

Por que que já não fazem as coisas de forma objetiva? Pode fazer, igual uma cifra que falou o professor, de um bilhão de reais, onde vai gastar 1,5 ou 2 bilhões, de asfalto, recapeamento etc. Então essas coisas que a gente questiona. Acho que isso é algo que a Câmara já poderia, com base no que vem do Executivo, já deixar a peça aqui mais ou menos encaminhada para que, no ano seguinte, não estejamos passando dificuldades como essa da CET. Hoje não tem a frota para poder preparar a faixa alternativa da Radial Leste, uma das avenidas mais importantes da cidade.

Outro aqui que eu vou citar, por exemplo, que é o serviço Atende, o serviço Atende é importantíssimo. Tem gente que pensa que não, mas o dia que você necessitar do serviço Atende aí você vai perceber o quanto ele é importante nessa cidade. Então o ano corrente já está em 130 milhões, a sugestão para o próximo ano são 135 milhões, um acréscimo de quatro por cento, sabendo-se que esse recurso será impossível para manter o serviço Atende com qualidade, que é um serviço de excelência, considerado pelo mundo um serviço de excelência,

e a peça vem dessa forma, a sugestão vem assim. Vai obrigatoriamente ter de fazer suplementação orçamentária para poder manter o serviço, em 2024, e mais ainda, porque, e aí eu acho que é importante e é bom, porque o próprio Governo vai aumentar a frota em função da demanda, tem uma demanda muito grande na cidade. Inclusive, no próximo sábado, dia 21, haverá uma audiência pública aqui no plenário da Câmara para poder tratar do assunto que está acontecendo na cidade de São Paulo que envolve os beneficiários do serviço Atende, ou seja, os cadeirantes, os tetraplégicos, os paraplégicos dessa cidade; haverá audiência pública justamente por conta de que não se está dando conta. Tem uma demanda grande, a frota que tem não é adequada, faltam veículos.

Serão acrescentados, para o próximo ano, cerca de 120 veículos na cidade de São Paulo, aí vem a peça orçamentária com o mesmo valor do ano corrente! Alguma coisa está errada, sabe? A conta não fecha aqui e isso, é claro: se você vai aumentar em 120 veículos, é um pouco complicado.

Então essas coisas eu acho que, Vereador Presidente Jair Tatto, é algo que temos de pedir explicação para os técnicos que preparam a peça orçamentária, afinal, se já não poderia vir de uma forma mais organizada, até para ficar mais fácil de se fazer o debate na Casa.

Outro ponto que é importante citar: é justamente o empréstimo que a Câmara vai votar. A Câmara vai votar um empréstimo para o Executivo, para a Prefeitura, para o Prefeito fazer um empréstimo que é para falta de ônibus, para ônibus elétricos, nós sabemos que a exigência, hoje, é essa: vai ter de ter combustível fóssil. É importante que cada ônibus elétrico desse, alguém falou em cerca de 1,5 milhão, mas o que sabemos cada um é mais de 2 milhões, 2,3 milhões cada ônibus desse.

As empresas concessionárias do sistema de transporte, veja, a frota é delas. A Prefeitura vai fazer um empréstimo para comprar ônibus. Preciso entender se esses ônibus que a Prefeitura vai adquirir, a aquisição desses ônibus, serão repassados para as empresas? As empresas vão operá-los? Serão locados para as empresas? Porque precisa haver uma compensação, porque se a Prefeitura está comprando, ela vai locar para alguém. Mas eu preciso

entender como será, de que forma se dará a compra dos veículos: se a Prefeitura vai comprar; se ela vai locar; vai ter uma compensação, enfim, sabemos que o custo de um veículo desse, para fazer a locação/mês, a operação deve estar em torno de 50 mil reais, não é menos que isso, então é algo que precisamos entender um pouco melhor.

Eu acho que precisa trocar a frota, precisa substituí-la, o momento é outro, só precisamos entender isso: dos 7 bi, são 2,5 bilhões para aquisição de frota nova.

- Manifestação fora do microfone.

O SR. SENIVAL MOURA – Está dentro do empréstimo. Tá dentro.

- Manifestação fora do microfone.

O SR. SENIVAL MOURA – Tá no Orçamento, tá dentro do empréstimo. De 7 bi, são 2,5 bilhões é para a aquisição de frota de ônibus.

- Manifestação fora do microfone.

O SR. SENIVAL MOURA – Alguma compensação tem de haver para a cidade, pois se a cidade vai adquirir essa frota, sabendo-se que cada veículo desse tem um custo de aluguel mensal de cerca de quase 50 mil reais, mas a Prefeitura pode fazer a compensação, porque, partindo do pressuposto que o veículo é dela, se a empresa vai operar, a empresa vai ter de receber somente pela operação, porque o veículo já é da Prefeitura, concorda? Então eu queria entender isso, porque, certamente, será um assunto que se vai discutir muito, nos próximos dias, na Comissão de Trânsito, Transporte e precisamos entender.

Então é essa pergunta que faço: a quem pertencerá a frota de ônibus? É aí Presidente, obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Bom, aqui, também tem... acho que o Vereador Senival já me ajudou. Quem falou de terminais, implantação e construção de terminais, quando fala de Fundurb, obras, mobilidade e fundo de 337 milhões, pessoal, acho que está atento aí da Secretaria de Transportes, de 337 milhões vem para 81 milhões. Esse é o levantamento que a gente tem para a comparação 2023 para 2024.

Eu não sei se o Vereador Senival, enquanto eu estava fora, falou da planilha. Aí é

questão de que poderia voltar a ter uma empresa pública de transporte. Poderíamos aproveitar esse dinheiro e fazer uma de novo, que não precisaria ser completa. O que vocês acham? É o PAESE, Vereador Senival, que nunca bate, nunca tem o suficiente. Pegaríamos 2,5 bilhões, compraríamos ônibus elétrico e retomariamos uma empresa pública de transporte.

O SR. SENIVAL MOURA – Mas PAESE são os veículos das empresas.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – É uma provocação.

Sobre a tarifa, aumentou 1,3 bilhão. Eu entendi que estão tentando atualizar. Talvez, Vereador Paulo Frange, atualizem para poder ter um aporte, e o sonho da passagem gratuita venha como aporte. Eu estou com essa linha de raciocínio.

- Manifestação fora do microfone.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Vai ter que chegar a 12 bilhões. Eu vou perguntar se estão atualizando para que, no futuro, venham aportes, linhas de crédito para o sonho começar a ser realizado.

Agora eu queria passar a palavra para o companheiro da Secretaria da Fazenda, Coordenador de Planejamento da Secretaria da Fazenda. Muito obrigado por sempre mandarem representantes. Fique à vontade para fazer uma observação ou uma saudação.

O SR. ARTUR JUNQUEIRA LASCALA – Vereador Jair Tatto, Presidente desta Comissão, obrigado por nos receber tão bem. Na sua pessoa, cumprimento os demais Vereadores presentes e os munícipes. Trago os cumprimentos do Secretário Municipal da Fazenda, Luís Felipe Arellano.

Como todos sabem, o papel da Fazenda no processo orçamentário é mais a parte de apoio, técnica, de projeção de receitas e estimativas de despesas. No caso dessas audiências temáticas, não é tanto a Fazenda que é a estrela do dia, são mais as Secretarias como se fossem políticas públicas mesmo, mas estamos aqui para sanar qualquer dúvida que houver em relação à parte mais técnica do Orçamento.

Fico feliz com as boas audiências das reuniões sobre os temas do nosso Orçamento para 2024 e estou à disposição para responder a perguntas.

Um grande abraço.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Obrigado, Artur.

“Prefeitura abandona corredores de ônibus com corte de 552 milhões”. Eu tinha informado o que cabia à Secretaria de Mobilidade. Mas tenho a outra informação que, no total, chega a 552 milhões a redução.

Passarei agora a palavra para respostas e considerações. Tem a palavra a Secretária Municipal de Segurança Urbana, Elza Paulina de Souza.

A SRA. ELZA PAULINA DE SOUZA – Mais uma vez, muito obrigada, Presidente Jair Tatto.

Com relação ao primeiro questionamento, sobre a implementação do terminal de ônibus na Avenida Cupecê, eu quero adiantar que a Secretaria Municipal de Segurança Urbana está aberta ao diálogo, juntamente com a Secretaria Municipal de Transportes, sobre esse processo.

Agradeço a fala ao representante do Conselho Tutelar e lhe responder que a Guarda Civil Metropolitana está à disposição e reconhece o reconhecimento.

Vereador Paulo Frange, quero afirmar mais vez que esse sentimento com relação às Guardas Municipais, especialmente à Guarda Civil Metropolitana, é extremamente importante e vem ao encontro com uma fala feita pelo professor Marcelo sobre investimento nas Guardas Municipais, em especial à Guarda Civil Metropolitana em São Paulo.

A Guarda Civil Metropolitana existe desde 1986 e, em 1988, a Constituição Federal preconizou que a segurança pública é um direito de todos e um dever do Estado. Quando a Constituição fala que os municípios podem criar Guardas Municipais, ela também chama os municípios para a responsabilidade. E quando ela fala “os municípios poderão criar guardas municipais”, ela também chama os municípios para responsabilidade, porque o estado é um ente e é um ente, muitas vezes, inanimado. Onde a população vive? Onde o cidadão está? Onde o cidadão reverbera todas as suas necessidades? É no município.

Então, no texto da Lei, quando ela fala “poderão criar guardas municipais para

proteção de bens, serviços e instalações”, aqui a gente observa que a palavra patrimonial não consta no termo da Lei - nesta e nem em nenhuma outra lei que fale da criação das guardas municipais.

Professor, se o senhor me permite, eu estou no meu direito de fala agora. Então, mas eu convido. Eu vou convidar o senhor no final. Estou à disposição para recebê-lo na Secretaria Municipal de Segurança Urbana para a gente conversar sobre isso, inclusive para dizer mais uma vez e reafirmar que a proteção de bens, serviços e instalações vai além do patrimônio.

Mas para encurtar a minha fala, então, Vereador, só quero fazer uma pergunta. Vamos fazer uma suposição. O guarda civil metropolitano, digamos, que esteja única e exclusivamente como guarda patrimonial e não como os demais adjuntos e ações e atribuições que a 13.022 nos traz, é uma lei federal. Se ela está em desalinho, foi hoje de manhã que aconteceu isso, porque até ontem é uma lei que está em vigor. A 13.022 é clara quando fala da atribuição das guardas municipais no país, em especial da Guarda Civil Metropolitana.

Vamos supor, digamos, que de repente a Guarda Civil Metropolitana seja só patrimonial. Então, ela vai cuidar somente do patrimônio. Chega uma pessoa à Câmara Municipal e quebra a cadeira. A Guarda Civil Metropolitana vai cuidar dessa cadeira que foi quebrada, mas se ela quebrar o Vereador na pancada, ela não pode atuar.

A Constituição Federal também diz que no flagrante delito qualquer um do povo pode, logo, as guardas municipais e a Guarda Civil Metropolitana estão amparadas por lei para trabalhar nas ações, delitos que acontecem na cidade de São Paulo.

Agora, vamos para outro processo de segurança pública. Em uma cidade - a maior cidade da América Latina, a maior capital da América Latina e uma das maiores do mundo - com uma população de 12 milhões de habitantes, se nós não tivermos o diálogo de toda a sociedade, inclusive esse diálogo que ocorre hoje com o Legislativo, que é um momento único também na cidade de São Paulo, para discutir questões de segurança, porque quando a gente fala em segurança pública, a gente não fala só de uma força armada. A gente fala também de todas as

demais questões que envolvem numa cidade, no município, quer seja zeladoria, de iluminação, transporte, na educação ou na saúde, porque quando todos esses demais fatores tem uma implicação ou um desalinho, é na segurança pública que vai reverberar esse processo.

A 13.675 também diz que as Guardas Municipais fazem parte do Sistema Único de Segurança Pública, assim como demais instituições no município, do estado e da união.

Então, eu quero colocar aqui que dentro do município de São Paulo a Guarda civil Metropolitana vem desenvolvendo um excelente trabalho, um brilhante trabalho. Temos nos adequado com as mais diversas necessidades desse município, quer seja na implementação de capacitação, de equipamento. E dizer que não, a Guarda não é inimiga da população. Muito pelo contrário. A Guarda Civil Metropolitana tem diversos equipamentos e diversos projetos e programas que estão trabalhando diuturnamente em ações sociais que trazem o resultado para a sociedade de São Paulo. É só sair na rua e perguntar que tem nos dado muito orgulho de desempenhar esse trabalho que desenvolvemos.

Então, pontual, nós compramos fuzis, sim, com apoio desta Casa inclusive, a grande maioria. Nós não tivemos nenhum incidente com fuzil na Guarda Civil Metropolitana. Nenhum incidente foi registrado. Nossas equipes e nós estamos cada dia mais e mais investindo na capacitação do nosso efetivo.

Mais uma informação que é extremamente importante. Hoje nós buscamos também alinhar a ciência com a experiência. Nós estamos buscando nas universidades a possibilidade de nos auxiliar nessa capacitação, porque assim como a sociedade evolui ou não, as instituições também. E o nosso efetivo não cai do céu e cai direto na Guarda Civil Metropolitana. O nosso efetivo vem da sociedade. Se eu tenho uma sociedade com diversas limitações, eu terei um efetivo com diversas limitações. Agora cabe a mim, gestora, cabe a mim, que sou Executivo, cabe ao nosso efetivo, cabe ao nosso sindicato sentarmos e trabalharmos e alinharmos para que cada dia, mais e mais, possamos prestar um excelente serviço à população de São Paulo, um excelente serviço à sociedade paulistana. E estamos nos empenhando para isso.

Então, eu deixo, professor, o meu convite, para que o senhor possa ir tomar um café

conosco, para que possamos conversar. Que a universidade possa trazer...

- Manifestação fora do microfone.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Professor, não há essa permissão.

Concluiu, Secretária?

A SRA. ELZA PAULINA DE SOUZA – Concluí. Muito obrigada, mais uma vez, pela oportunidade, Presidente. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Obrigado.

Agradeço à Márcia Maria Alexandre Paula e à Leila Marques da Costa Saboia, nossas intérpretes de libras.

Agora, passo à Secretaria de Transporte e Mobilidade. Será uma fala só? O Secretário é que conduzirá? A Francisca, né.

A SRA. FRANCISCA IRACEMA CUNHA DE ABREU – Isso. Eu vou direcionar para a SPTrans responder e depois a CET. O material, já encaminhamos por *e-mail*.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Eu vou sempre colocar para vocês que pode ficar alguma resposta não dada. Volto a dizer que esses questionamentos serão encaminhados por nós. Às vezes, tem uma série de perguntas e alguma coisa fica para trás.

Então, vamos à Secretaria de Transporte e Mobilidade.

A SRA. FRANCISCA IRACEMA CUNHA DE ABREU – A SPTrans, por favor.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – A SPTrans primeiro.

O SR. ANDERSON CLAYTON NOGUEIRA MAIA – Presidente Jair Tatto, boa tarde novamente.

No que compete a essas rubricas orçamentárias em que, eventualmente, não tenham sido concedidas em sua totalidade, as articulações necessárias serão feitas, de forma a não haver (ininteligível) nos projetos, como ocorreu também no ano corrente. Faremos as tratativas necessárias.

No que compete ao Terminal Jardim Miriam, estamos aqui nos preparando para chamá-los novamente para darmos a devolutiva. Lembrando que a devolutiva para alguns temas

já foi realizada, mas este tema não está no esquecimento, não. Tanto que não damos um passo sem que essa medida tenha sido falada com a sociedade civil, e está pendente essa resposta, e faremos isso na maior brevidade possível, assim que forem concluídos os estudos e os questionamentos que foram feitos acerca desse projeto. Foram 17 locais já estudados. Em todos os locais ali há uma irresignação da sociedade civil.

E quanto ao local do Poupa Tempo ali, nós recebemos a apresentação no *Power Point*, na qual não constavam os valores, mas se debruçou no tema. Existem algumas premissas – tamanho e espaço – em que a equipe técnica se debruçou, e será dada a resposta nessa reunião que faremos para dar o *feedback*. Assim como na recepção do documento nós atendemos a sociedade, uma comissão que foi instalada, assim faremos para dar a resposta àquelas... dos locais que nos foram ofertados para análise.

E acredito que eram esses os termos que eu tinha para esclarecer, Sr. Presidente. E ficando alguma coisa pendente, o senhor mencionou agora há pouco, encaminhe por e-mail, ou também por SEI, nós remeteremos a resposta. Também, se quiserem vir na SPTrans, estamos sempre de portas abertas ao diálogo.

E aproveitando minha fala, parabenizar a Secretária Elza, e falar que eu, como munícipe e toda a minha família tem reconhecido o trabalho da Guarda, que de uns anos para cá tem feito a questão de polícia mesmo. E como nós estamos ali sofrendo algum tipo de risco, não queremos saber se é a força “A”, “B”, ou “C” que está nos socorrendo. Nós queremos é o socorro do Poder Público. Parabéns, Secretária.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Agora, a CET.

O SR. RAFAEL RODRIGUES DE OLIVEIRA – Sr. Presidente, com relação aos questionamentos da CET voltados ao orçamento, houve um apontamento, uma questão específica com relação a frota, um problema pontual com relação a veículos nossos de frota própria. Nós tivemos uma intercorrência com esses veículos que fazem essa faixa reversível, eles não são veículos de frota alugada, é uma questão pontual, temos sanado essas situações dentro das nossas capacidades, da nossa capacidade financeira, a CET tem feito um uso

adequado do orçamento dela, acho que essa foi uma das questões mais incisivas.

Com relação aos outros pontos, nós estamos à disposição para essas dúvidas, eventualmente, elas não foram totalmente sanadas pela Francisca, durante a apresentação, encaminharemos para a Comissão esses esclarecimentos.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Francisca, você que está coordenando, eu não ouvi, não sei se vem agora, que é parte final, a questão da eletrificação da frota, como é que vai funcionar essa coisa. E com relação à operação de crédito. Acho que isso não ficou esclarecido nas respostas. É isso?

A SRA. FRANCISCA IRACEMA CUNHA DE ABREU – Estou aqui com a nossa assessoria técnica, o João, e ele vai dar um esclarecimento melhor.

O SR. JOÃO – Bom dia, Vereadores, aos que nos assistem, nos acompanham nesta audiência, quanto ao projeto de eletrificação da frota, existe, em dezembro, a contratação de um financiamento, uma operação de crédito com bancos nacionais de desenvolvimento, como o BNDES. E também bancos, agências multilaterais como o Banco Mundial e BID, que vão ajudar nesse financiamento desse projeto.

E toda a parte econômica, houve uns questionamentos sobre como vai funcionar efetivamente essa aquisição, toda essa modelagem econômica está sendo desenhada com a Secretária da Fazenda. E podemos encaminhar esses detalhes para a Comissão, se for necessário.

Toda essa parte de modelagem ainda está em desenho, mas já é um projeto bem avançado. Todos esses detalhamentos podem ser encaminhados para vocês.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Ocorre que hoje se vota o projeto já. E ficou no ar como é que funciona, são 2,5 bilhões. A Prefeitura compra o ônibus para as empresas concessionárias?

O SR. CELSO GONÇALVES BARBOSA – Presidente, só complementando, a Prefeitura (*Falha na transmissão*) comprar o ônibus e passar para as concessionárias. Isso entra em uma forma de financiamento, o próprio ônibus diesel, no decorrer do contrato de 15 anos, ele

é remunerado pelo Poder Público, mas se trata de um bem que está dentro do patrimônio da empresa.

Então, esse tipo de modelagem vai fazer com que a eventual taxa de retorno do contrato seja mais vantajosa para a municipalidade. Mas, em momento algum, quando a gente fala que a Prefeitura vai adquirir os produtos, na verdade, ela vai propiciar os meios para que o concessionário adquira uma linha de financiamento com o melhor custo possível. Seja qual for o modelo de financiamento desenhado pelo Poder Público, não está o bem pela Prefeitura, continua na modelagem do contrato de concessão em que todos os equipamentos são do concessionário e o Poder Público o delibera para isso, para a aquisição desses respectivos bens.

Com isso, consegui aclarar um pouquinho essa questão, Sr. Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Não estou conseguindo compreender, não estou conseguindo. Mas também não vamos ficar aqui o dia inteiro tratando disso. Nós precisamos do detalhamento. Vocês conseguem mandar? Vocês têm o histórico?

A SRA. FRANCISCA IRACEMA CUNHA DE ABREU – Sim, temos.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Então, é isso, Francisca. Nós precisamos entender, porque hoje a Casa vai aprovar. Eu posso votar contra, mas tem maioria, então existe...

A SRA. FRANCISCA IRACEMA CUNHA DE ABREU – Nós encaminhamos hoje, daqui a pouco, mais detalhes.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Então, por favor, a gente queria coisa mais detalhada aqui, porque nós teremos outras oportunidades. Têm as audiências que são regionalizadas que tratam de todos os temas com as Subprefeituras, envolve aquela Subprefeitura. O tema não é a Subprefeitura, nós teremos aquela que é da Secretaria das Subprefeituras. Por exemplo, zona Sul, eu vou até entrar no calendário aqui, é sábado então: Jabaquara, Cidade Ademar, Santo Amaro, M'Boi Mirim, Capela, Parelheiros, Campo Limpo. Então, ali nós podemos tratar do assunto "transporte", todos os temas. Ok?

A SRA. FRANCISCA IRACEMA CUNHA DE ABREU – Ok.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Então, Francisca, se puder mandar alguma coisa

para esta Comissão.

Já agradecendo a todos e todas que estiveram conosco, eu preciso informar que esta Comissão de Finanças de Orçamento realizará audiências públicas sobre o PL 578/23, do Executivo, amanhã, quinta-feira, com início às 10h neste auditório Prestes Maia; é a terceira temática do Orçamento. As seguintes pastas: Controladoria Geral do Município, Procuradoria Geral do Município, Companhia São Paulo de Desenvolvimento e Mobilização de Ativos, Secretaria Municipal de Justiça, Instituto de Previdência Municipal de São Paulo – IPREM; Secretaria de Relações Internacionais.

Sábado, então, audiência pública regional, que é a segunda regional, que compreenderá a zona Sul, em especial as Subprefeituras: Santo Amaro, Campo Limpo, Capela do Socorro, Cidade Ademar, M'Boi, Parelheiros, Jabaquara.

Terça-feira, dia 24, com início às 10h, no Salão Nobre, 8º andar, audiência regional do Orçamento que compreenderá parte da zona Norte, em especial as Subprefeituras: Ipiranga, Sé, Vila Mariana, Jaçanã, Tremembé, Santana, Tucuruvi, Vila Maria, Vila Guilherme.

Dia 26, haverá uma também que sempre é muito pujante, que é da Cultura, no Salão Nobre, às 10h, no Salão Nobre, 8º andar, com o tema Secretaria Municipal de Cultura, que compreende o Teatro Municipal e audiovisual. Essas apresentações, no *site* da Câmara, vocês têm acesso. Houve uma demanda muito pontual da Guarda, que vocês devem procurar o Vereador Sidney Cruz, que é o relator, e protocolar na Comissão. O Orçamento é um projeto que vem do Executivo e se transforma num substitutivo. Tomara que mexamos bastante. Tira daqui, se for preciso, coloca ali. Então, esse será o desafio. Eu costumo dizer que quanto mais alterado vocês receberem, melhor.

Obrigado a todos e a todas.

Nada mais havendo a tratar, estão encerrados os trabalhos.